

CONTAS NACIONAIS

número 38

CONTAS REGIONAIS

DO BRASIL

2 0 1 0

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Marcia Maria Melo Quintslr

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Denise Britz do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais
Roberto Luís Olinto Ramos

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais
número 38

Contas Regionais do Brasil

2010

Rio de Janeiro
2012

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1415-9813 Contas Nacionais

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais relativos às tabelas de recursos e usos, contas econômicas integradas, contas regionais do Brasil, produto interno bruto dos municípios e matriz de insumo-produto.

ISBN 978-85-240-4265-2 (CD-ROM)

ISBN 978-85-240-4264-5 (meio impresso)

© IBGE. 2012

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Síntese do panorama da economia brasileira

Contas Regionais do Brasil de 2002 a 2010

PIB *per capita* de 2010

Tabelas de resultados

1 – Produto Interno Bruto - PIB e participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010

2 – Valor adicionado bruto a preços básicos e participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010

3 – Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto a preços básicos, por atividades econômicas - 2010

4 – Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2010

Referências

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através da Coordenação de Contas Nacionais, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, dá continuidade ao projeto de elaboração de estimativas do Produto Interno Bruto - PIB de cada Unidade da Federação, coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com o Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Neste volume, são apresentados os resultados de 2010 da série de Contas Regionais.

A série com referência em 2002, das Contas Regionais, tem sua metodologia e base de dados plenamente integradas com a série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil - referência 2000. Desde então, incorporaram-se, integralmente, os resultados de pesquisas agropecuárias, como o Censo Agropecuário 1995-1996, de pesquisas econômicas anuais nas áreas de Indústria, Construção Civil, Comércio e Serviços, e de pesquisas domiciliares, tais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, realizadas pelo IBGE. Esta série utiliza dados anuais de instituições externas, como a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, obtidos junto à Secretaria da Receita Federal, e adota uma classificação de atividades compatível com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0, sendo divulgada com 17 atividades econômicas ajustadas com os dados do Brasil em valores constantes e correntes.

As tabelas divulgadas nesta publicação compreendem informações sobre a composição do PIB de cada Unidade da Federação, calculadas a partir de estatísticas sobre o valor bruto da produção, consumo intermediário e valor adicionado bruto de cada atividade econômica com o nível de agregação apresentado no Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

O CD-ROM que acompanha a publicação contém informações do volume impresso, os dados da série 2002-2009 já divulgados, além da série 2002-2010 com a agregação de atividades compatível com o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. As notas técnicas sobre a elaboração das Contas Regionais encontram-se descritas, de forma detalhada, na Série Relatórios Metodológicos¹. Ademais, encontra-se disponível no portal do IBGE na Internet a série 2002-2010 encadeada com a série retropolada das Contas Regionais para o período 1995-2010.

O IBGE agradece a todos que participaram da elaboração deste trabalho, em especial aos membros da Comissão Técnica, instituída com as atribuições de cooperar sobre procedimentos metodológicos; propor procedimentos nos trabalhos de cálculo das Contas Regionais, segundo a metodologia das Contas Regionais do IBGE; e atestar que os resultados elaborados, pelos estados, estão compatíveis com a metodologia proposta pelo IBGE para a construção das Contas Regionais do Brasil.

Marcia Maria Melo Quintslr
Diretora de Pesquisas

¹ Para informações complementares, consultar a publicação: CONTAS regionais do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 64 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003_2007/SRM_contasregionais.pdf>. Acesso em: out. 2012.

Introdução

O Sistema de Contas Regionais do Brasil é um trabalho desenvolvido pelo IBGE em conjunto com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. No caso específico desta publicação, para o Estado de São Paulo, representado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, o processo de colaboração técnica e institucional se deu por meio da troca de informações e da base de dados solicitada pelo IBGE. Neste contexto, o trabalho de estimativa do Produto Interno Bruto - PIB e do PIB *per capita* das Unidades da Federação, realizado pelo IBGE, possui amparo constitucional, mas, exclusivamente neste projeto, é realizado em parceria com as equipes dos governos estaduais.

Neste momento em que o IBGE efetua a revisão da base do Sistema de Contas Nacionais, cuja nova série, com referência em 2010, será divulgada em 2014, tanto o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais quanto o Sistema de Contas Regionais não interromperam suas estimativas, sobretudo, no caso das Contas Regionais, em virtude da vinculação do resultado do PIB *per capita* por Unidades da Federação, que é um dos fatores para o cálculo das quotas, por parte do Tribunal de Contas da União - TCU, do Fundo de Participação dos Municípios. No tópico a seguir, são explicitados os procedimentos adotados para a estimativa dos resultados do ano de 2010, com referência em 2002, por Unidades da Federação, sem os parâmetros do Sistema de Contas Nacionais, que foram substituídos, nesta edição, pelos do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

É importante salientar que o Sistema de Contas Regionais do Brasil, no modelo atual, é totalmente integrado ao resultado final do Sistema de Contas Nacionais. Por precaução, no entanto, alerta-se que alguns procedimentos (nível de agregação) foram adotados para a estimativa de 2010 na base atual, 2002, e, portanto, os dados de 2010 devem ser utilizados com ressalva para análises da série 2002-2010. Assim, as estimativas de 2010 são preliminares. Em 2014, quando da divulgação da nova série com referência em 2010, os resultados das Contas Regionais do Brasil referentes a 2010 serão reapresentados, de forma definitiva, integrados, também, à nova série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil.

Contas Regionais do Brasil: principais procedimentos para a estimativa de 2010

Como já frisado, a estimativa do PIB das Unidades da Federação para o ano de 2010 não adotou como parâmetros os resultados definitivos do Sistema de Contas Nacionais brasileiro, tendo sido utilizados como referência os valores do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Cabe esclarecer, mais uma vez, aos usuários do Sistema de Contas Regionais, que o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais encontra-se igualmente integrado ao Sistema de Contas Nacionais e que seus resultados para o ano de 2010 são considerados definitivos, porém com nível de detalhamento mais restrito.

O nível de detalhamento apresentado nesta publicação corresponde a 12 atividades econômicas e não a 17, como na série 2002-2009. O motivo para esta agregação está vinculado à disponibilidade de informações do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, que, por fornecer um resultado conjuntural, não dispõe, para divulgação, de informações estruturais, que só se tornam disponíveis a partir do encerramento do ano analisado. Os resultados das pesquisas estruturais anuais do IBGE que são utilizados nos trabalhos das Contas Nacionais e Regionais do Brasil só estão totalmente disponíveis, em média, 18 meses após o encerramento do ano. Assim, a redução do nível de detalhamento dado pelas Contas Nacionais Trimestrais resulta na restrição da comparabilidade da série disponível, 2002-2009. Além disso, o processo de ajustamento aos resultados nacionais, em 2010, foi realizado em nível menor de abertura do que o efetuado até 2009, tendo em vista que o Sistema de Contas Nacionais possui maior grau de detalhamento do que o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

Ainda sobre os procedimentos para a estimativa do ano de 2010 das Contas Regionais, cabe destacar as atividades² que são estimadas de forma descendente, isto é, os resultados das Contas Nacionais são distribuídos entre as Unidades da Federação e não encontram detalhamentos nas Contas Nacionais Trimestrais. Assim, utilizaram-se os pesos do ano de 2009 do Sistema de Contas Nacionais, o último disponível, para que fossem estimados os valores, em 2010, correspondentes a essas atividades a partir do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais

² Para informações complementares, consultar a publicação: CONTAS regionais do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 64 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003_2007/SRM_contas_regionais.pdf>. Acesso em: out. 2012.

Quadro 1 - Nível de agregação das atividades econômicas na série 2002-2009 em comparação ao resultado de 2010

Nível de agregação 2002-2009	Nível de agregação 2010
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	Agropecuária
Pecuária e pesca	
Indústria extrativa	Indústria extrativa
Indústrias de transformação	Indústrias de transformação
Construção civil	Construção civil
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana
Transportes, armazenagem e correio	Transportes, armazenagem e correio
Serviços de informação	Serviços de informação
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados
Atividades imobiliárias e aluguéis	Atividades imobiliárias e aluguéis
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	Administração, saúde e educação públicas e seguridade social
Comércio e serviços de manutenção e reparação	Comércio Outros serviços (Serviços de manutenção e reparação, Serviços de alojamento e alimentação, Serviços prestados às famílias e associativas, Serviços prestados às empresas, Saúde e educação mercantis e Serviços domésticos)
Serviços de alojamento e alimentação	
Serviços prestados às famílias e associativas	
Serviços prestados às empresas	
Saúde e educação mercantis	
Serviços domésticos	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Síntese do panorama da economia brasileira³

O Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado acumulado no ano de 2010 cresceu, em volume, 7,5% em relação ao ano de 2009. Beneficiado pela baixa base de comparação do ano anterior, esse crescimento é o mais elevado desde 1986, que também foi da ordem de 7,5%. De 2001 a 2010, o incremento anual médio foi de 3,6%, acima do registrado na década anterior, 1991-2000, quando o PIB a preços de mercado cresceu, em média, 2,6%.

A expansão do PIB resultou do aumento de 6,9% do valor adicionado bruto a preços básicos e do crescimento de 11,7% dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O aumento dos impostos reflete, principalmente, o crescimento, em volume, de 10,7% do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, além dos aumentos de 42,1% do Imposto de Importação - II e de 16,0% do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

Sob a ótica da oferta, as atividades da Agropecuária (6,3%), Indústria (10,4%) e Serviços (5,5%) registraram incremento em 2010.

³ Para informações complementares, consultar a publicação: INDICADORES IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes jan./dez. 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010-2011. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2010/>. Acesso em: out. 2012

O crescimento do volume do valor adicionado bruto da Agropecuária no ano de 2010 decorreu do fato de que várias culturas importantes da lavoura brasileira assinalaram aumento de produção no ano. Influenciada pelas condições climáticas favoráveis, a agricultura brasileira registrou safra recorde de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2010 – 149,5 milhões de toneladas – cabendo destaque às seguintes culturas: soja (20,2%); trigo (20,1%); café (17,6%); milho (9,4%); cana-de-açúcar (5,7%); e laranja (4,1%). Com exceção da cana-de-açúcar, cuja área plantada teve variação próxima à da sua produção (5,8%), todas as demais culturas em destaque no ano de 2010 apontaram ganhos de produtividade, visíveis na estimativa de aumento proporcionalmente maior da produção na safra *vis-à-vis* a área plantada.

Na Indústria, o destaque foi o crescimento da Extrativa mineral (13,6%), seguida pela Construção civil (11,6%). Quando comparadas ao ano anterior, observa-se que, em 2010, a ocupação na Construção civil teve crescimento de 5,8% e as operações de crédito do sistema financeiro com recursos direcionados tiveram expansão, em termos nominais, de 31,1%. A Indústria de transformação cresceu 10,1%, enquanto a atividade de Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana teve expansão de 8,1%. Vale ressaltar a baixa base de comparação de 2009, ano em que a Indústria caiu 5,6% e todos os subsetores industriais registraram queda no volume do valor adicionado bruto a preços básicos.

Nos Serviços, os destaques positivos foram as atividades de Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados e de Comércio, com crescimento de 10,0% e 10,9%, respectivamente. Ao longo de todo o ano de 2010, os acréscimos da população empregada e da massa real de salários, ao lado da expansão do crédito ao consumo, sustentaram um aumento das vendas no Comércio (atacadista e varejista) em ritmo superior ao registrado pela atividade de Indústria. Por fim, a atividade de Transportes, armazenagem e correio cresceu 9,2%, seguida por Serviços de informação (3,7%), Outros serviços (3,7%), Administração, saúde e educação públicas e seguridade social (2,3%) e Atividades imobiliárias e aluguéis (1,7%).

Na análise da demanda, a despesa de consumo das famílias cresceu 6,9%, sendo este o sétimo ano consecutivo de crescimento deste componente. Tal comportamento foi favorecido pela elevação de 8,2% da massa salarial dos trabalhadores, em termos reais, e pelo acréscimo, em termos nominais, de 17,6% do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas. A despesa de consumo da administração pública aumentou 4,2%.

A formação bruta de capital fixo, por sua vez, apresentou expansão de 21,3% em 2010 – maior taxa acumulada em quatro trimestres da série iniciada em 1996 – impulsionada tanto pela importação, como pela produção de máquinas e equipamentos, além do desempenho positivo da Construção civil. Também neste caso, deve-se ressaltar a baixa base de comparação referente a 2009, quando a formação bruta de capital fixo sofreu queda de 6,7%.

No âmbito do setor externo, as exportações de bens e serviços registraram crescimento de 11,5%, enquanto as importações de bens e serviços expandiram 35,8%. Contribui para este quadro a valorização cambial ocorrida em 2009 e 2010. No período, a taxa de câmbio (medida pela média anual das taxas de câmbio de compra e venda) variou de R\$ 2,00/US\$ para R\$ 1,76/US\$.

Contas Regionais do Brasil 2010

De 2002 a 2010, três Grandes Regiões ganharam participação: Centro-Oeste avançou 0,5, Nordeste, 0,5; e Norte, 0,6 ponto percentual.

Os resultados de 2010 mostraram que a Região Sudeste ganhou 0,1 ponto percentual de participação em relação a 2009. Os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo ganharam cerca de 0,5 e 0,1 pontos percentuais, respectivamente, influenciados basicamente pelo preço do minério de ferro. Os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo perderam cerca de 0,1 e 0,4 pontos percentuais de participação, respectivamente.

A Região Sul manteve a mesma participação de 2009, ou seja, 16,5% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Apenas o Estado do Paraná perdeu cerca de 0,1 ponto percentual, ficando, em 2010, com participação de 5,8% do PIB. Os outros dois estados mantiveram suas participações relativas: Rio Grande do Sul, 6,7%, e Santa Catarina, 4,0%.

Tabela 1 - Participação percentual das Grandes Regiões no Produto Interno Bruto - 2002-2010

Grandes Regiões	Participação percentual no Produto Interno Bruto (%)								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1	5,0	5,3
Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5	13,5
Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3	55,4
Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6	16,5	16,5
Centro-Oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2	9,6	9,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

A Região Norte obteve o melhor desempenho em termos de participação, com ganho de 0,3 ponto percentual no período de 2009 a 2010. Nenhum estado da região perdeu nesse quesito, mas o resultado positivo ficou por conta dos dois maiores, Amazonas e Pará, que cresceram suas participações, de 0,1 e 0,3 pontos percentuais para 1,6% e 2,1%, respectivamente, nesse período. No caso paraense, a recuperação dos preços mundiais do minério de ferro explica seu desempenho, já que é um estado especializado nesta *commodity*.

A Região Nordeste, em 2009, atingiu a maior participação da série desde 2002, 13,5%, mantendo-a no mesmo patamar em 2010. A grande maioria dos estados nordestinos manteve suas participações relativas; apenas a Bahia apresentou queda, de 4,2% para 4,1% do PIB brasileiro, sendo compensada pelo ganho de 0,1 ponto percentual de participação do Estado de Pernambuco, que atingiu, em 2010, 2,5% do PIB brasileiro, a melhor participação da série desde 2002.

A Região Centro-Oeste perdeu 0,3 ponto percentual de participação, de 9,6% do PIB em 2009 para 9,3% em 2010. Apesar desta queda, o resultado de 2010 foi o segundo melhor desempenho da série. Dos estados da região, apenas Mato Grosso do Sul avançou 0,1 ponto percentual de participação, ao sair de 1,1% em 2009 para 1,2% em 2010, sendo a melhor participação da série. O Estado de Goiás manteve sua participação relativa, em torno de 2,6% do PIB nacional. O Estado de Mato Grosso e o Distrito Federal perderam participação no PIB: o primeiro, de 1,8% para 1,6%, influenciado, basicamente, pelos preços agrícolas; o segundo perdeu 0,1 ponto percentual de participação, de 4,1% para 4,0%, explicado pelo desempenho da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, que, geralmente, perde participação relativa em ano de crescimento econômico.

No ano de 2010, oito Unidades da Federação (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Santa Catarina e Distrito Federal), com participação de 77,8% no PIB do Brasil, perderam 0,3 ponto percentual em relação a 2009. No entanto, desde 2002, este grupo perdeu cerca de 1,9 ponto percentual de participação para os outros 19 estados. O avanço da fronteira agrícola, os incentivos regionais, a maior mobilidade das plantas industriais, além do avanço das novas classes consumidoras, são alguns dos fatores que influenciaram a perda de participação no PIB brasileiro nos anos da série 2002-2010.

O grupo dos outros 19 estados que participavam com 20,3% do PIB brasileiro em 2002, ganharam 1,9 ponto percentual em 2010. Deste grupo, os destaques foram: Espírito Santo, Pará, Mato Grosso e Maranhão, que ganharam 0,4, 0,3, 0,2 e 0,2 pontos percentuais, respectivamente, de participação no PIB brasileiro. Os Estados de Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Ceará, Rondônia, Piauí, Tocantins e Goiás ganharam 0,1 ponto percentual, cada, no mesmo período. Os demais, em 2010, mantiveram as participações relativas de 2002.

Tabela 2 - Participação percentual e posição relativa do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação que participam com cerca de 80% do Produto Interno Bruto do Brasil em 2010 - 2002-2010

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto									
	2002		2003		2004		2005			
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa		
São Paulo	34,6	1º	34,1	1º	33,1	1º	33,9	1º		
Rio de Janeiro	11,6	2º	11,1	2º	11,5	2º	11,5	2º		
Minas Gerais	8,6	3º	8,8	3º	9,1	3º	9,0	3º		
Rio Grande do Sul	7,1	4º	7,3	4º	7,1	4º	6,7	4º		
Paraná	6,0	5º	6,4	5º	6,3	5º	5,9	5º		
Bahia	4,1	6º	4,0	6º	4,1	6º	4,2	6º		
Santa Catarina	3,8	8º	3,9	7º	4,0	7º	4,0	7º		
Distrito Federal	3,8	7º	3,7	8º	3,6	8º	3,8	8º		
1ª a 8ª posição	79,7		79,3		78,9		78,9			

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto									
	2006		2007		2008		2009		2010	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
São Paulo	33,9	1º	33,9	1º	33,1	1º	33,5	1º	33,1	1º
Rio de Janeiro	11,6	2º	11,2	2º	11,3	2º	10,9	2º	10,8	2º
Minas Gerais	9,1	3º	9,1	3º	9,3	3º	8,9	3º	9,3	3º
Rio Grande do Sul	6,6	4º	6,6	4º	6,6	4º	6,7	4º	6,7	4º
Paraná	5,8	5º	6,1	5º	5,9	5º	5,9	5º	5,8	5º
Bahia	4,1	6º	4,1	6º	4,0	7º	4,2	6º	4,1	6º
Santa Catarina	3,9	7º	3,9	7º	4,1	6º	4,0	8º	4,0	7º
Distrito Federal	3,8	8º	3,8	8º	3,9	8º	4,1	7º	4,0	8º
1ª a 8ª posição	78,7		78,7		78,2		78,1		77,8	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 3 - Participação percentual e posição relativa do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação que participam com cerca de 20% do Produto Interno Bruto do Brasil em 2010 - 2002-2010

(continua)

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto							
	2002		2003		2004		2005	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
Goiás	2,5	9 ^º	2,5	9 ^º	2,5	9 ^º	2,4	9 ^º
Pernambuco	2,4	10 ^º	2,3	10 ^º	2,3	10 ^º	2,3	10 ^º
9^º e 10^º posição	4,9		4,8		4,7		4,7	
Espírito Santo	1,8	12 ^º	1,8	12 ^º	2,1	11 ^º	2,2	11 ^º
Ceará	2,0	11 ^º	1,9	11 ^º	1,9	13 ^º	1,9	12 ^º
Pará	1,7	13 ^º	1,8	13 ^º	1,8	14 ^º	1,8	13 ^º
Amazonas	1,5	14 ^º	1,5	15 ^º	1,6	15 ^º	1,6	15 ^º
Mato Grosso	1,4	15 ^º	1,6	14 ^º	1,9	12 ^º	1,7	14 ^º
11^º a 15^º posição	8,4		8,6		9,3		9,2	
Maranhão	1,0	16 ^º	1,1	17 ^º	1,1	16 ^º	1,2	16 ^º
Mato Grosso do Sul	1,0	17 ^º	1,1	16 ^º	1,1	17 ^º	1,0	17 ^º
16^º e 17^º posição	2,1		2,2		2,2		2,2	
Rio Grande do Norte	0,8	19 ^º	0,8	19 ^º	0,8	18 ^º	0,8	18 ^º
Paraíba	0,8	18 ^º	0,8	18 ^º	0,8	19 ^º	0,8	19 ^º
18^º e 19^º posição	1,7		1,6		1,6		1,6	
Alagoas	0,7	20 ^º	0,7	20 ^º	0,7	20 ^º	0,7	20 ^º
Sergipe	0,6	21 ^º	0,6	21 ^º	0,6	21 ^º	0,6	21 ^º
Rondônia	0,5	22 ^º	0,6	22 ^º	0,6	22 ^º	0,6	22 ^º
Piauí	0,5	23 ^º	0,5	23 ^º	0,5	23 ^º	0,5	23 ^º
Tocantins	0,4	24 ^º	0,4	24 ^º	0,4	24 ^º	0,4	24 ^º
20^º a 24^º posição	2,7		2,8		2,8		2,8	
Acre	0,2	26 ^º	0,2	26 ^º	0,2	25 ^º	0,2	25 ^º
Amapá	0,2	25 ^º	0,2	25 ^º	0,2	26 ^º	0,2	26 ^º
Roraima	0,2	27 ^º	0,2	27 ^º	0,1	27 ^º	0,1	27 ^º
25^º a 27^º posição	0,6		0,6		0,5		0,6	
9^º a 20^º posição	20,3		20,7		21,1		21,1	

Tabela 3 - Participação percentual e posição relativa do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação que participam com cerca de 20% do Produto Interno Bruto do Brasil em 2010 - 2002-2010

(conclusão)

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto									
	2006		2007		2008		2009		2010	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
Goiás	2,4	9 ^o	2,5	9 ^o	2,5	9 ^o	2,6	9 ^o	2,6	9 ^o
Pernambuco	2,3	10 ^o	2,3	10 ^o	2,3	10 ^o	2,4	10 ^o	2,5	10 ^o
9^o e 10^o posição	4,7		4,8		4,8		5,1		5,1	
Espírito Santo	2,2	11 ^o	2,3	11 ^o	2,3	11 ^o	2,1	11 ^o	2,2	11 ^o
Ceará	2,0	12 ^o	1,9	12 ^o	2,0	12 ^o	2,0	12 ^o	2,1	12 ^o
Pará	1,9	13 ^o	1,9	13 ^o	1,9	13 ^o	1,8	13 ^o	2,1	13 ^o
Amazonas	1,7	14 ^o	1,6	15 ^o	1,5	15 ^o	1,5	15 ^o	1,6	14 ^o
Mato Grosso	1,5	15 ^o	1,6	14 ^o	1,8	14 ^o	1,8	14 ^o	1,6	15 ^o
11^o a 15^o posição	9,2		9,2		9,5		9,2		9,5	
Maranhão	1,2	16 ^o	1,2	16 ^o	1,3	16 ^o	1,2	16 ^o	1,2	16 ^o
Mato Grosso do Sul	1,0	17 ^o	1,1	17 ^o	1,1	17 ^o	1,1	17 ^o	1,2	17 ^o
16^o e 17^o posição	2,2		2,2		2,4		2,4		2,4	
Rio Grande do Norte	0,9	18 ^o	0,9	18 ^o	0,8	19 ^o	0,9	19 ^o	0,9	18 ^o
Paraíba	0,8	19 ^o	0,8	19 ^o	0,8	18 ^o	0,9	18 ^o	0,8	19 ^o
18^o e 19^o posição	1,7		1,7		1,7		1,7		1,7	
Alagoas	0,7	20 ^o	0,7	20 ^o	0,6	21 ^o	0,7	20 ^o	0,7	20 ^o
Sergipe	0,6	21 ^o	0,6	21 ^o	0,6	20 ^o	0,6	22 ^o	0,6	21 ^o
Rondônia	0,6	22 ^o	0,6	22 ^o	0,6	22 ^o	0,6	21 ^o	0,6	22 ^o
Piauí	0,5	23 ^o	0,5	23 ^o	0,6	23 ^o	0,6	23 ^o	0,6	23 ^o
Tocantins	0,4	24 ^o	0,4	24 ^o	0,4	24 ^o	0,4	24 ^o	0,5	24 ^o
20^o a 24^o posição	2,8		2,8		2,9		2,9		3,0	
Acre	0,2	26 ^o	0,2	26 ^o	0,2	26 ^o	0,2	26 ^o	0,2	25 ^o
Amapá	0,2	25 ^o	0,2	25 ^o	0,2	25 ^o	0,2	25 ^o	0,2	26 ^o
Roraima	0,2	27 ^o	0,2	27 ^o	0,2	27 ^o	0,2	27 ^o	0,2	27 ^o
25^o a 27^o posição	0,6		0,6		0,6		0,6		0,6	
9^o a 20^o posição	21,3		21,3		21,8		21,9		22,2	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

PIB *per capita* de 2010

Em 2010, sete Unidades da Federação apresentaram o PIB *per capita* acima da média brasileira, que foi de R\$ 19 766,33: Distrito Federal; São Paulo; Rio de Janeiro; Santa Catarina; Rio Grande do Sul; Espírito Santo; e Paraná. Neste conjunto, figuram todos os estados da Região Sul, três da Região Sudeste e um da Região Centro-Oeste. O Distrito Federal, com o maior PIB *per capita* brasileiro, R\$ 58 489,46, representou quase três vezes a média brasileira e quase o dobro da registrada em São Paulo, R\$ 30 243,17, a segunda maior do País. Entre os estados com PIB *per capita* menor, encontram-se Piauí e Maranhão, com R\$ 7 072,80 e R\$ 6 888,60, respectivamente. O PIB *per capita* do Piauí foi 35,8% do PIB *per capita* brasileiro e o Maranhão, 34,8%. O Maranhão, menor PIB *per capita* brasileiro, apesar de ter registrado o 16º maior PIB brasileiro em 2010, tem a décima maior população brasileira.

Tabela 4 - Produto Interno Bruto, população residente e Produto Interno Bruto *per capita*, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto (1 000 000 R\$)	População residente (hab.) (1)	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)
Brasil	3 770 085	190 732 694	19 766,33
Norte	201 511	15 865 678	12 701,05
Rondônia	23 561	1 560 501	15 098,13
Acre	8 477	732 793	11 567,41
Amazonas	59 779	3 480 937	17 173,33
Roraima	6 341	451 227	14 051,91
Pará	77 848	7 588 078	10 259,20
Amapá	8 266	668 689	12 361,45
Tocantins	17 240	1 383 453	12 461,67
Nordeste	507 502	53 078 137	9 561,41
Maranhão	45 256	6 569 683	6 888,60
Piauí	22 060	3 119 015	7 072,80
Ceará	77 865	8 448 055	9 216,96
Rio Grande do Norte	32 339	3 168 133	10 207,56
Paraíba	31 947	3 766 834	8 481,14
Pernambuco	95 187	8 796 032	10 821,55
Alagoas	24 575	3 120 922	7 874,21
Sergipe	23 932	2 068 031	11 572,44
Bahia	154 340	14 021 432	11 007,47
Sudeste	2 088 221	80 353 724	25 987,86
Minas Gerais	351 381	19 595 309	17 931,89
Espírito Santo	82 122	3 512 672	23 378,74
Rio de Janeiro	407 123	15 993 583	25 455,38
São Paulo	1 247 596	41 252 160	30 243,17
Sul	622 255	27 384 815	22 722,62
Paraná	217 290	10 439 601	20 813,98
Santa Catarina	152 482	6 249 682	24 398,42
Rio Grande do Sul	252 483	10 695 532	23 606,36
Centro-Oeste	350 596	14 050 340	24 952,88
Mato Grosso do Sul	43 514	2 449 341	17 765,68
Mato Grosso	59 600	3 033 991	19 644,09
Goiás	97 576	6 004 045	16 251,70
Distrito Federal	149 906	2 562 963	58 489,46

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; e Coordenação de População e Indicadores Sociais.

(1) Primeiros resultados do Censo Demográfico 2010, divulgados em 29.11.2010.

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Produto Interno Bruto - PIB e participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto	
	Valor corrente (1 000 000 R\$)	Participação (%)
Brasil	3 770 085	100,0
Norte	201 511	5,3
Rondônia	23 561	0,6
Acre	8 477	0,2
Amazonas	59 779	1,6
Roraima	6 341	0,2
Pará	77 848	2,1
Amapá	8 266	0,2
Tocantins	17 240	0,5
Nordeste	507 502	13,5
Maranhão	45 256	1,2
Piauí	22 060	0,6
Ceará	77 865	2,1
Rio Grande do Norte	32 339	0,9
Paraíba	31 947	0,8
Pernambuco	95 187	2,5
Alagoas	24 575	0,7
Sergipe	23 932	0,6
Bahia	154 340	4,1
Sudeste	2 088 221	55,4
Minas Gerais	351 381	9,3
Espírito Santo	82 122	2,2
Rio de Janeiro	407 123	10,8
São Paulo	1 247 596	33,1
Sul	622 255	16,5
Paraná	217 290	5,8
Santa Catarina	152 482	4,0
Rio Grande do Sul	252 483	6,7
Centro-Oeste	350 596	9,3
Mato Grosso do Sul	43 514	1,2
Mato Grosso	59 600	1,6
Goiás	97 576	2,6
Distrito Federal	149 906	4,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 2 - Valor adicionado bruto a preços básicos e participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Valor adicionado bruto a preços básicos	
	Valor corrente (1 000 000 R\$)	Participação (%)
Brasil	3 227 181	100,0
Norte	178 865	5,5
Rondônia	20 817	0,6
Acre	7 743	0,2
Amazonas	49 985	1,5
Roraima	5 818	0,2
Pará	71 043	2,2
Amapá	7 677	0,2
Tocantins	15 780	0,5
Nordeste	446 063	13,8
Maranhão	40 454	1,3
Piauí	19 611	0,6
Ceará	68 264	2,1
Rio Grande do Norte	28 543	0,9
Paraíba	28 561	0,9
Pernambuco	81 629	2,5
Alagoas	21 932	0,7
Sergipe	21 377	0,7
Bahia	135 693	4,2
Sudeste	1 756 475	54,4
Minas Gerais	307 865	9,5
Espírito Santo	67 507	2,1
Rio de Janeiro	344 405	10,7
São Paulo	1 036 698	32,1
Sul	536 929	16,6
Paraná	187 263	5,8
Santa Catarina	130 618	4,0
Rio Grande do Sul	219 048	6,8
Centro-Oeste	308 849	9,6
Mato Grosso do Sul	37 821	1,2
Mato Grosso	53 025	1,6
Goiás	84 768	2,6
Distrito Federal	133 235	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 3 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto a preços básicos, por atividades econômicas - 2010

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)						
	Total	Atividades econômicas					Comércio
		Agropecuária	Indústria extrativa	Indústrias de transformação	Construção civil	Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	5,5	10,0	18,5	4,8	7,1	5,1	4,8
Rondônia	0,6	2,6	0,1	0,4	0,5	0,2	0,7
Acre	0,2	0,9	0,0	0,1	0,4	0,1	0,2
Amazonas	1,5	1,8	0,8	3,2	1,7	1,1	1,2
Roraima	0,2	0,2	0,0	0,0	0,3	0,1	0,2
Pará	2,2	2,7	17,4	1,0	2,8	2,6	1,8
Amapá	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,2
Tocantins	0,5	1,7	0,1	0,1	1,3	1,0	0,5
Nordeste	13,8	17,1	7,4	9,3	17,5	20,1	15,9
Maranhão	1,3	4,1	1,0	0,3	1,7	0,9	1,5
Piauí	0,6	0,7	0,1	0,2	0,7	0,9	0,8
Ceará	2,1	1,7	0,3	1,5	2,1	4,1	2,8
Rio Grande do Norte	0,9	0,7	1,8	0,4	1,1	0,4	1,1
Paraíba	0,9	0,7	0,1	0,5	1,2	1,4	0,9
Pernambuco	2,5	2,1	0,2	1,7	2,7	3,9	3,0
Alagoas	0,7	0,9	0,2	0,4	0,8	0,9	0,9
Sergipe	0,7	0,6	1,3	0,3	0,9	1,6	0,7
Bahia	4,2	5,7	2,4	4,1	6,2	5,9	4,1
Sudeste	54,4	29,9	71,1	60,3	50,6	47,7	51,4
Minas Gerais	9,5	15,2	22,2	10,4	9,9	9,3	8,5
Espírito Santo	2,1	2,5	11,8	1,4	2,9	0,4	2,2
Rio de Janeiro	10,7	0,8	35,3	6,5	10,5	9,1	8,3
São Paulo	32,1	11,3	1,8	42,0	27,3	28,9	32,4
Sul	16,6	25,5	1,4	21,0	15,3	20,0	19,5
Paraná	5,8	9,3	0,3	6,4	5,4	7,3	7,5
Santa Catarina	4,0	5,1	0,6	5,6	4,1	6,7	5,1
Rio Grande do Sul	6,8	11,1	0,5	8,9	5,8	6,0	6,9
Centro-Oeste	9,6	17,4	1,6	4,7	9,4	7,1	8,4
Mato Grosso do Sul	1,2	3,4	0,5	0,8	1,3	1,1	1,3
Mato Grosso	1,6	6,9	0,1	1,2	1,6	1,6	1,9
Goiás	2,6	7,0	0,9	2,3	3,4	3,6	3,0
Distrito Federal	4,1	0,2	0,0	0,4	3,1	0,9	2,2

Tabela 3 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto a preços básicos, por atividades econômicas - 2010

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação no valor adicionado bruto a preço básico (%)					
	Atividades econômicas					
	Transportes, armazenagem e correio	Serviços de informação	Intermediação financeira, seguros e previdência completamente e serviços relacionados	Atividades imobiliárias e aluguéis	Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	Outros serviços
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,0	2,5	1,9	5,0	7,7	3,2
Rondônia	0,3	0,3	0,2	0,6	1,1	0,3
Acre	0,1	0,1	0,1	0,2	0,5	0,1
Amazonas	1,5	0,7	0,5	1,0	1,7	0,9
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1	0,6	0,1
Pará	1,6	1,0	0,8	2,4	2,4	1,3
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,3	0,7	0,2
Tocantins	0,2	0,2	0,2	0,3	0,8	0,3
Nordeste	11,8	8,3	8,3	13,6	19,8	12,6
Maranhão	1,5	0,6	0,5	1,3	1,8	0,8
Piauí	0,4	0,3	0,3	0,6	1,1	0,5
Ceará	1,5	1,4	1,6	2,1	3,0	2,1
Rio Grande do Norte	0,6	0,5	0,4	0,8	1,5	0,8
Paraíba	0,5	0,5	0,5	0,9	1,8	0,6
Pernambuco	2,2	1,6	1,9	2,5	3,8	2,6
Alagoas	0,5	0,4	0,4	0,6	1,2	0,5
Sergipe	0,6	0,3	0,4	0,6	1,1	0,5
Bahia	4,0	2,5	2,4	4,2	4,5	4,1
Sudeste	59,4	69,9	66,9	57,1	40,1	62,1
Minas Gerais	9,5	6,1	6,8	10,1	7,9	8,4
Espírito Santo	3,0	1,1	1,1	1,5	1,9	1,7
Rio de Janeiro	11,2	15,0	9,2	12,1	12,3	13,4
São Paulo	35,7	47,6	49,9	33,4	17,9	38,7
Sul	18,0	12,0	13,9	15,9	13,4	15,0
Paraná	6,9	4,4	5,7	5,8	4,1	5,2
Santa Catarina	3,7	3,0	2,5	4,4	2,9	3,3
Rio Grande do Sul	7,3	4,5	5,6	5,6	6,4	6,5
Centro-Oeste	6,9	7,4	9,0	8,5	19,1	7,1
Mato Grosso do Sul	1,3	0,8	0,7	1,1	1,4	0,9
Mato Grosso	1,5	0,9	0,8	1,6	1,6	1,0
Goiás	2,1	2,0	1,8	2,6	2,3	2,2
Distrito Federal	2,0	3,7	5,7	3,1	13,9	3,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2010

(continua)

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
Brasil	
Total	100,0
Agropecuária	5,3
Indústria	28,1
Indústria extrativa	3,0
Indústrias de transformação	16,2
Construção civil	5,7
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,2
Serviços	66,6
Comércio	12,5
Transportes, armazenagem e correio	5,0
Serviços de informação	3,2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	7,5
Atividades imobiliárias e aluguéis	7,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	16,2
Outros serviços	14,3
Rondônia	
Total	100,0
Agropecuária	21,5
Indústria	14,6
Indústria extrativa	0,4
Indústrias de transformação	8,8
Construção civil	4,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	0,8
Serviços	63,9
Comércio	14,5
Transportes, armazenagem e correio	2,6
Serviços de informação	1,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	2,8
Atividades imobiliárias e aluguéis	6,9
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	28,3
Outros serviços	7,4

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2010

(continuação)

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
Acre	
Total	100,0
Agropecuária	18,9
Indústria	14,3
Indústria extrativa	0,0
Indústrias de transformação	4,2
Construção civil	8,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,5
Serviços	66,8
Comércio	10,8
Transportes, armazenagem e correio	2,7
Serviços de informação	1,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,0
Atividades imobiliárias e aluguéis	8,1
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	33,4
Outros serviços	7,1
Amazonas	
Total	100,0
Agropecuária	6,2
Indústria	43,9
Indústria extrativa	1,5
Indústrias de transformação	33,9
Construção civil	6,2
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,2
Serviços	49,9
Comércio	9,8
Transportes, armazenagem e correio	5,0
Serviços de informação	1,5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	2,2
Atividades imobiliárias e aluguéis	5,1
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	17,5
Outros serviços	8,8

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2010

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)	
Roraima		
Total		100,0
Agropecuária		4,7
Indústria		13,0
Indústria extrativa		0,3
Indústrias de transformação		1,8
Construção civil		9,5
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		1,6
Serviços		82,2
Comércio		12,0
Transportes, armazenagem e correio		2,2
Serviços de informação		1,5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		3,1
Atividades imobiliárias e aluguéis		6,5
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		49,7
Outros serviços		7,2
Pará		
Total		100,0
Agropecuária		6,6
Indústria		41,4
Indústria extrativa		23,5
Indústrias de transformação		7,0
Construção civil		7,1
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		3,8
Serviços		52,0
Comércio		10,1
Transportes, armazenagem e correio		3,6
Serviços de informação		1,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		2,7
Atividades imobiliárias e aluguéis		8,5
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		17,6
Outros serviços		8,2

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2010

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)	
Amapá		
Total		100,0
Agropecuária		3,2
Indústria		10,0
Indústria extrativa		1,6
Indústrias de transformação		2,3
Construção civil		4,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		1,2
Serviços		86,8
Comércio		12,1
Transportes, armazenagem e correio		2,8
Serviços de informação		1,6
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		2,2
Atividades imobiliárias e aluguéis		10,6
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		48,1
Outros serviços		9,4
Tocantins		
Total		100,0
Agropecuária		18,1
Indústria		25,4
Indústria extrativa		0,4
Indústrias de transformação		3,6
Construção civil		14,7
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		6,6
Serviços		56,5
Comércio		12,2
Transportes, armazenagem e correio		2,1
Serviços de informação		1,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		2,9
Atividades imobiliárias e aluguéis		4,5
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		25,4
Outros serviços		8,1

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2010

(continuação)

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
Maranhão	
Total	100,0
Agropecuária	17,2
Indústria	15,7
Indústria extrativa	2,4
Indústrias de transformação	3,3
Construção civil	7,8
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,2
Serviços	67,1
Comércio	15,5
Transportes, armazenagem e correio	6,1
Serviços de informação	1,5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	2,9
Atividades imobiliárias e aluguéis	8,0
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	23,7
Outros serviços	9,4
Piauí	
Total	100,0
Agropecuária	6,2
Indústria	18,5
Indústria extrativa	0,4
Indústrias de transformação	6,3
Construção civil	6,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	4,9
Serviços	75,3
Comércio	17,1
Transportes, armazenagem e correio	3,2
Serviços de informação	1,6
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,8
Atividades imobiliárias e aluguéis	8,0
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	29,1
Outros serviços	12,5

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2010

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)	
Ceará		
Total		100,0
Agropecuária		4,2
Indústria		23,7
Indústria extrativa		0,4
Indústrias de transformação		11,4
Construção civil		5,7
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		6,2
Serviços		72,1
Comércio		16,3
Transportes, armazenagem e correio		3,5
Serviços de informação		2,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		5,6
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,7
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		22,7
Outros serviços		14,3
Rio Grande do Norte		
Total		100,0
Agropecuária		4,2
Indústria		21,5
Indústria extrativa		6,0
Indústrias de transformação		7,0
Construção civil		7,1
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		1,4
Serviços		74,3
Comércio		16,1
Transportes, armazenagem e correio		3,5
Serviços de informação		1,8
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		3,8
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,5
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		28,4
Outros serviços		13,2

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2010

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)	
Paraíba		
Total		100,0
Agropecuária		4,2
Indústria		22,5
Indústria extrativa		0,5
Indústrias de transformação		9,4
Construção civil		7,5
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		5,2
Serviços		73,2
Comércio		13,2
Transportes, armazenagem e correio		3,0
Serviços de informação		1,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		4,0
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,6
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		33,4
Outros serviços		10,2
Pernambuco		
Total		100,0
Agropecuária		4,5
Indústria		22,1
Indústria extrativa		0,2
Indústrias de transformação		10,9
Construção civil		6,0
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		5,0
Serviços		73,4
Comércio		14,8
Transportes, armazenagem e correio		4,3
Serviços de informação		2,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		5,5
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		24,0
Outros serviços		14,8

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2010

(continuação)

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
Alagoas	
Total	100,0
Agropecuária	6,7
Indústria	21,2
Indústria extrativa	0,9
Indústrias de transformação	9,3
Construção civil	6,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	4,4
Serviços	72,1
Comércio	15,9
Transportes, armazenagem e correio	4,0
Serviços de informação	2,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	4,2
Atividades imobiliárias e aluguéis	7,0
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	28,0
Outros serviços	10,9
Sergipe	
Total	100,0
Agropecuária	4,6
Indústria	28,6
Indústria extrativa	5,8
Indústrias de transformação	7,4
Construção civil	7,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	7,8
Serviços	66,9
Comércio	12,9
Transportes, armazenagem e correio	4,2
Serviços de informação	1,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	4,0
Atividades imobiliárias e aluguéis	7,6
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	26,3
Outros serviços	10,1

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2010

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)	
Bahia		
Total		100,0
Agropecuária		7,2
Indústria		30,3
Indústria extrativa		1,7
Indústrias de transformação		15,6
Construção civil		8,4
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		4,6
Serviços		62,5
Comércio		12,3
Transportes, armazenagem e correio		4,7
Serviços de informação		2,0
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		4,4
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		17,3
Outros serviços		14,0
Minas Gerais		
Total		100,0
Agropecuária		8,5
Indústria		33,6
Indústria extrativa		6,9
Indústrias de transformação		17,6
Construção civil		5,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		3,1
Serviços		57,9
Comércio		11,2
Transportes, armazenagem e correio		5,0
Serviços de informação		2,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		5,3
Atividades imobiliárias e aluguéis		8,3
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		13,4
Outros serviços		12,6

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2010

(continuação)

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
Espírito Santo	
Total	100,0
Agropecuária	6,3
Indústria	36,0
Indústria extrativa	16,8
Indústrias de transformação	10,8
Construção civil	7,8
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	0,6
Serviços	57,7
Comércio	13,3
Transportes, armazenagem e correio	7,1
Serviços de informação	1,8
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,8
Atividades imobiliárias e aluguéis	5,5
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	14,8
Outros serviços	11,5
Rio de Janeiro	
Total	100,0
Agropecuária	0,4
Indústria	28,1
Indústria extrativa	9,8
Indústrias de transformação	9,9
Construção civil	5,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,8
Serviços	71,5
Comércio	9,7
Transportes, armazenagem e correio	5,3
Serviços de informação	4,5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	6,5
Atividades imobiliárias e aluguéis	8,9
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	18,7
Outros serviços	18,0

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2010

(continuação)

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
São Paulo	
Total	100,0
Agropecuária	1,9
Indústria	29,1
Indústria extrativa	0,2
Indústrias de transformação	21,2
Construção civil	4,8
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,9
Serviços	69,1
Comércio	12,6
Transportes, armazenagem e correio	5,6
Serviços de informação	4,8
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	11,7
Atividades imobiliárias e aluguéis	8,1
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	9,0
Outros serviços	17,2
Paraná	
Total	100,0
Agropecuária	8,5
Indústria	27,5
Indústria extrativa	0,2
Indústrias de transformação	18,0
Construção civil	5,3
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	4,0
Serviços	64,1
Comércio	16,2
Transportes, armazenagem e correio	6,0
Serviços de informação	2,5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	7,4
Atividades imobiliárias e aluguéis	7,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	11,4
Outros serviços	12,8

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2010

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)	
Santa Catarina		
Total		100,0
Agropecuária		6,7
Indústria		34,1
Indústria extrativa		0,5
Indústrias de transformação		22,5
Construção civil		5,7
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		5,3
Serviços		59,2
Comércio		15,7
Transportes, armazenagem e correio		4,6
Serviços de informação		2,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		4,7
Atividades imobiliárias e aluguéis		8,6
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		11,5
Outros serviços		11,6
Rio Grande do Sul		
Total		100,0
Agropecuária		8,7
Indústria		29,2
Indústria extrativa		0,2
Indústrias de transformação		21,3
Construção civil		4,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		2,8
Serviços		62,1
Comércio		12,8
Transportes, armazenagem e correio		5,4
Serviços de informação		2,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		6,2
Atividades imobiliárias e aluguéis		6,5
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		15,4
Outros serviços		13,7

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2010

		(continuação)
Atividades econômicas		Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
Mato Grosso do Sul		
Total		100,0
Agropecuária		15,5
Indústria		22,1
Indústria extrativa		1,3
Indústrias de transformação		11,6
Construção civil		6,4
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		2,9
Serviços		62,4
Comércio		13,9
Transportes, armazenagem e correio		5,5
Serviços de informação		2,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		4,3
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,2
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		19,0
Outros serviços		10,4
Mato Grosso		
Total		100,0
Agropecuária		22,1
Indústria		20,6
Indústria extrativa		0,2
Indústrias de transformação		11,7
Construção civil		5,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		3,1
Serviços		57,3
Comércio		14,8
Transportes, armazenagem e correio		4,6
Serviços de informação		1,8
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		3,7
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		15,6
Outros serviços		9,1

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2010

		(conclusão)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)	
Goiás		
Total		100,0
Agropecuária		14,1
Indústria		26,6
Indústria extrativa		1,1
Indústrias de transformação		13,9
Construção civil		7,3
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		4,4
Serviços		59,3
Comércio		14,1
Transportes, armazenagem e correio		4,0
Serviços de informação		2,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		5,0
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		13,9
Outros serviços		12,0
Distrito Federal		
Total		100,0
Agropecuária		0,3
Indústria		6,5
Indústria extrativa		0,0
Indústrias de transformação		1,7
Construção civil		4,2
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		0,7
Serviços		93,2
Comércio		6,7
Transportes, armazenagem e correio		2,4
Serviços de informação		2,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		10,4
Atividades imobiliárias e aluguéis		6,0
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		54,4
Outros serviços		10,4

Referências

ACTUALIZACIÓN del sistema de cuentas nacionales 1993 (SCN 1993): conjunto completo de recomendaciones provisionales. Guatemala: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2006: Banco de Guatemala. Trabalho apresentado pelo Grupo de Expertos Asesores del Proceso de Actualización del SCN 1993, no Seminario Latinoamericano de Cuentas Nacionales, Guatemala, 2006. 68 p. Disponível em: <http://www.eclac.cl/deype/noticias/noticias/3/26983/ActualizacionSCN93_AEG.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. *Carga tributária no Brasil 2006*. Brasília, DF, 2007. 10 p. (Estudos tributários, 19). Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/esttributarios/Estatisticas/default.htm>>. Acesso em: nov. 2012.

_____. *Resultado da arrecadação*. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>>. Acesso em: jul. 2011.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE: versão 1.0. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 319 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/concla/cl_tema.php>. Acesso em: nov. 2012.

CONTAS regionais do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 64 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/SRM_contasregionais.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

DIEWERT, W. E. *Price and volume measures in the system of national accounts*. Cambridge, MA.: National Bureau of Economic Research, 1995. 63 p. (Working paper, n. 5103). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w5103.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

FEIJÓ, C. A. et al. *Contabilidade social: a nova referência das contas nacionais do Brasil*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2008. 326 p.

HANDBOOK on price and volume measures in national accounts. Luxembourg: Statistical Office of the European Communities - Eurostat, 2001. 174 p. Disponível em: <<http://www.cbs.nl/NR/rdonlyres/54E6E10F-1B8E-4161-A9A7-9CB1B9D1C013/0/handbookpricevolume.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

IMPLEMENTATION of SNA 93: educating the user: the ABS strategy. Trabalho apresentado no OECD/ESCAP Meeting on National Accounts, Bangkok, 1998. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/17/45/2665540.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

ÍNDICE nacional de preços ao consumidor amplo - IPCA 2003-2009. In: IBGE. *Sidra: sistema IBGE de recuperação automática*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>. Acesso em: out. 2011.

INFORMAÇÕES de saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Datasus*. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso em: out. 2010.

INTRODUCTION of chain volume measures: the Australian experience. Trabalho apresentado no OECD Meeting of National Accounts Experts, Paris, 1998. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/52/56/2681861.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

JACKSON, C. *The effect of rebasing on GDP*. Ottawa: Statistics Canada, 1996. (Income and expenditure accounts technical series, n. 35). Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/pub/13-604-m/13-604-m1996035-eng.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

MANUAL de estadísticas de finanzas públicas 2001. Washington, DC: International Monetary Fund - IMF, 2001. 219 p. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/gfs/manual/esl/pdf/all.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

MANUAL on sources and methods for the compilation of ESA95 financial accounts. Luxembourg: Statistical Office of the European Communities - Eurostat, 2002. 166 p. (Methods and nomenclatures). Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-BE-02-004/EN/KS-BE-02-004-EN.PDF>. Acesso em: nov. 2012.

NATIONAL accounts: a practical introduction. New York: United Nations, Statistics Division, 2003. (Studies in methods. Series F, n. 85). Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/seriesF_85.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

NOTAS metodológicas da nova série do Sistema de Contas Nacionais (SCN) referência 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/default_SCN.shtm>. Acesso em: nov. 2012.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 172 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2008/SRM_contasnacionais.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

SYSTEM of national accounts 1993. Luxembourg: Commission of the European Communities, 1993. 814 p. Preparado sob os auspícios da Comissão das Comunidades Europeias - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização das Nações Unidas - ONU e Banco Mundial. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna1993.asp>>. Acesso em: nov. 2012.

U.S. PETROLEUM prices. Washington, DC: Energy Information Administration - EIA, [2004]. Disponível em: <http://www.eia.doe.gov/oil_gas/petroleum/info_glance/petroleum.html>. Acesso em: out. 2011.

WILSON, K. *The architecture of the system of national accounts: a three-way country comparison, Canada, Australia, and United Kingdom*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2005. 28 p. (NBER working paper series, n. 11106). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w11106.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

Glossário

ajustamento CIF/FOB Conciliação das diferentes avaliações utilizadas na importação: o total da importação é avaliado a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros) e na abertura por produto a preços CIF (incluindo despesas com fretes e seguros).

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

capacidade ou necessidade de financiamento Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado através da emissão de passivos financeiros.

carga tributária bruta Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições e o produto interno bruto.

carga tributária líquida Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzidas as despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto.

consumo final efetivo das administrações públicas Despesas efetuadas com serviços coletivos.

consumo final efetivo das famílias Despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

consumo intermediário Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, ao Programa de Integração Social - PIS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

contribuições sociais imputadas dos empregadores Diferença entre os benefícios sociais pagos pelas administrações públicas diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

deflator Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

despesas de consumo final das administrações públicas Despesas com serviços individuais e coletivos prestados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), deduzindo-se os pagamentos parciais (entradas de museus, matrículas etc.) efetuados pelas famílias. São valorados ao custo de sua produção.

despesas de consumo final das famílias Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

exportação de bens e serviços Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

formação bruta de capital fixo Acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

importação de bens e serviços Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete.

impostos sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

margem de comércio Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

margem de transporte Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

ocupações Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

outros impostos sobre a produção Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

poupança bruta Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final, sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado, sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção - o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; c) da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

receita disponível do governo Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

receita tributária Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

renda de propriedade Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo tangível não produzido, como terrenos.

renda disponível bruta Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

renda nacional bruta Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção enviados (recebidos) ao (do) resto do mundo.

rendimento misto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas (autônomos), que não pode ser identificada separadamente entre capital e trabalho.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

saldo das transações correntes com o resto do mundo Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

setor institucional Conjunto de unidades institucionais, que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

subsídios à produção Transferências correntes sem contrapartida das administrações públicas destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

território econômico Território geográfico administrado por um governo dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

transferências Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

transferências correntes Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

transferências de capital Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Roberto Luís Olinto Ramos

Gerência de Contas Regionais

Frederico Sérgio Gonçalves Cunha

Alessandra Soares da Poça

Marinalva Naus da Silva Muglia Lima

Comissão técnica

Roberto Luís Olinto Ramos

Adalberto Maia Neto

Ana Cláudia de Azevedo Monteiro

Alessandra Soares da Poça

Cláudia Baptista Ferreira Pereira

Dinamar Maria Ferreira Marques

Eliandres Pereira Saldanha

Frederico Sérgio Gonçalves Cunha

Juarez Meneghetti

Gustavo Casseb Pessoti

Maria Aparecida Sales Souza Santos

Maria Eloisa Bezerra da Rocha

Martinho Roberto Lazzari

Milton Antonio do Nascimento

Ricardo Kureski

João Paulo Caetano Santos

Renato Mendes Freitas

Elaboração do texto, tabelas e gráficos

Alessandra Soares da Poça
Frederico Sérgio Gonçalves Cunha
Roberto Luís Olinto Ramos
Valdilson Batista de Moraes

Organização

Alessandra Soares da Poça
Frederico Sérgio Gonçalves Cunha
Valdilson Batista de Moraes

Técnicos participantes da Coordenação de Contas Nacionais

Alessandra Soares da Poça
Amanda Mergulhão Santos Barros
Amanda Rodrigues Tavares
André Artur Pompéia Cavalcanti
Andréa Bastos da Silva Guimarães
Carlos Cesar Bittencourt Sobral
Carmen Maria Gadea de Souza
Cláudia Coelho Reis
Claudia Dionisio Esterminio
Cláudio Ananias Ferraz
Cristiano de Almeida Martins
Douglas Moura Guanabara
Eduardo Studzinski Estima de Castro
Ernani Santiago Filho
Evaldo Gomes Rangel
Fabrício Marques Santos
Felipe de Oliveira Sampaio
Fernando José Benedito
Filipe Keuper Rodrigues Pereira
Frederico Sérgio Gonçalves Cunha
Gabriel de Oliveira Accioly Lins (estagiário)
Gustavo Chalhoub Garcez
Humberto Lopes
Jonas de Oliveira Lima
José Luiz de Moraes Ferreira Louzada
Julia Gontijo Vale
Katia Namir Machado Barros
Leandro Dias Daumas (estagiário)
Luciene Rodrigues Kozovits
Marcio Resende Ferrari Alves
Marcus José de Oliveira Campos
Marinalva Naus da Silva Muglia Lima
Nelma de Fátima Mendonça Barcellos
Patrícia Schmitt Fontenelle

Paulo Maurício Ferreira Madeira
Raimundo Tavares Guedes
Raquel Callegario Gomes
Rebeca de la Rocque Palis
Ricardo Montes Moraes
Ricardo Ramos Zarur
Roberto Luís Olinto Ramos
Rodrigo Vieira Ventura
Tássia Gazé Holguin
Teresa Cristina Bastos
Valdilson Batista de Moraes
Vera Lúcia Duarte Magalhães

Órgãos Estaduais de Estatística

Rondônia

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

Hilda Coêlho Gomes Denny
Telma Regina Silva de Albuquerque
Teresa Cristina Simoni

Acre

Secretaria de Estado de Planejamento - Departamento de Estudos e Pesquisas Aplicadas à Gestão

Roney Wellington da Silva Caldera
Arlene de Nazaré Silva Pessoa
Shirley Brana Vilela

Amazonas

Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento

Econômico - SEPLAN

Ezio Lacerda Lopes
Francisco Alves de Freitas
José Sandro da Mota Ribeiro
Julio Afonso da Silva Filho

Roraima

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima

Fábio Rorigues Martinez
Milton Antonio do Nascimento
Natalino de Araújo Paiva

Pará

Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará - IDESP

Ana Cláudia Oliveira Andrade
José Dias de Carvalho Zurutuza
Maria Glaucia Pacheco Moreira
Nayara Viana Ribeiro (estagiária)

Nanety Cristina Alves dos Santos

Sérgio Castro Gomes

Amapá

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro

Leila Silva Sacramento da Silva

Márcia Pereira de Oliveira

Carlos José Gonçalves Neves

Tocantins

Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública - SEPLAN/TO

Grazielle Azevedo Evangelista

Kézia Araújo

Leandro Roeder

Maranhão

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e

Cartográficos - IMESC

Dionatan Silva Carvalho

Sadick Nahuz Neto

Piauí

Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

Evaristo Alves dos Reis Junior

Joana D'Arc Fortes Portela Barbosa

Maria de Fátima Facchinetti de Almendra Freitas

Ceará

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Alexsandre Lira Cavalcante

Ana Cristina Lima Maia Souza

Cleyber Nascimento de Medeiros

Klinger Aragão

Maria Eloisa Bezerra da Rocha (Coordenação técnica)

Margarida Maria Sérgio do Nascimento

Nicolino Trompieri Neto

Witalo Lima Paiva

Rio Grande do Norte

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio

Grande do Norte - IDEMA

José Leônidas Galvão Neto

Wagner Rodrigues

Paraíba

Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba - IDEME

Geraldo Lopes de Oliveira

Leilah Silva Barros

Rosimélia Lima Santos de Araújo

Pernambuco

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM

Carlos Henrique Loyo Carneiro da Cunha
Claudia Baptista Ferreira Pereira
Mariana Haack Meira Lins (estagiária)
Wilson Grimaldi

Alagoas

Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPLANDE

Christiane Louise Lima Silva
Gilvandro Freitas
Ilmo Wanderley Gallindo
Roberson Leite Silva Júnior
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Sergipe

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG

Ana Rita Dória Oliveira Fiel
José Carlos Pereira
Josefa Maria Góis de Mello
Márcia de Andrade Bastos

Bahia

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

Denis Veloso da Silva
Gustavo Casseb Pessoti
João Paulo Caetano Santos
Margarida Maria de Andrade
Karina Maria das Graças Carneiro da Silva
Simone Borges Medeiros Pereira

Minas Gerais

Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações - FJP

Carla Cristina Aguilar de Souza
Maria Aparecida Sales Souza Santos
Marilene Cardoso Gontijo
Raimundo de Sousa Leal Filho
Reinaldo Carvalho de Moraes
Thiago Rafael Corrêa de Almeida

Espírito Santo

Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

Adriano do Carmo Santos
Carla D'Angelo Moulin
Edna Moraes Tresinari
Gustavo Ribeiro
Vitor Januário Oliveira

Rio de Janeiro**Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores do Rio de Janeiro - CEPERJ**

Ana Cristina Xavier Andrade
Armando de Souza Filho
Rodrigo Santos Martins
Seráfita Azeredo Avila

Paraná**Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES**

Ricardo Kureski

Santa Catarina**Secretaria de Estado do Planejamento - SPG**

Alex Ribeiro
Carlos Mestre Crespo Luz

Rio Grande do Sul**Fundação de Economia e Estatística - FEE**

Adalberto Alves Maia Neto
Carolina Agranonik
Carlos Bertolli de Gouveia
Cecília Rutkoski Hoff
Eliana Figueiredo da Silva
Jéfferson Augusto Colombo
Juarez Meneghetti
Martinho Roberto Lazzari
Rodrigo de Sá da Silva
Sérgio Fischer
Vinícius Dias Fantinel

Mato Grosso do Sul**Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC**

Eliandres Pereira Saldanha
Loraine Osterberg Benites Pereira
Sebastião Carvalho de Oliveira
Giorgia dos Santos Cara Vilela

Mato Grosso**Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN**

Eduardo Matsubara
Marilde Brito Lima

Goiás**Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB/SEGPLAN/GO**

Dinamar Maria Ferreira Marques
Luciano Ferreira da Silva
Millades de Carvalho Castro

Distrito Federal

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN

Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira

Sandra Regina Andrade Silva

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Ana Claudia de Azevedo Monteiro

Ana Maria Oliveira de Souza

Elane Conceição de Oliveira

Patry Marques Boscá

Renato Mendes Freitas

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular

Katia Vaz Cavalcanti

Leonardo Martins

Sônia Rocha

Diagramação tabular

Sônia Rocha

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos

Cristina R. C. de Carvalho

Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Solange Maria Mello de Oliveira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Sebastião Monsores

Tratamento de arquivos e mapas

Evilmerodac Domingos da Silva

Produção de multimídia

L.Gonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva

Elizabeth de Carvalho Faria

Lioara Mandoju

Maria da Penha Ribeiro Uchôa

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica**Impressão e acabamento**

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte

Contas nacionais

Matriz de insumo-produto: Brasil 1980. (Série relatórios metodológicos, v. 7).

Matriz de insumo-produto: Brasil 1985. 2 disquetes; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1990.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1991. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1992. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1993. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1994. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1995.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1996.

Matriz de insumo-produto: Brasil. (Série relatórios metodológicos, v. 18).

Matriz de insumo-produto: Brasil 2002/2005. (Contas nacionais, n. 23).

Brasil: novo sistema de contas nacionais, metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. 2 v. (Textos para discussão, n. 10).

Novo sistema de contas nacionais, séries correntes 1981-85. 2.v. (Textos para discussão, n. 51).

Sistema de contas nacionais, tabelas de recursos e usos: metodologia. (Textos para discussão, n. 88).

Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: 1990-1995; v. 2: 1996.

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1997. (Contas nacionais, n. 1).

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. (Contas nacionais, n. 2).

Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: Tabelas de recursos e usos 1995-1999; v.2: Contas econômicas integradas 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4).

Sistema de contas nacionais: Brasil 1998-2000. (Contas nacionais, n. 7).

Sistema de contas nacionais: Brasil 1999-2001. (Contas nacionais, n. 9).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. (Contas nacionais, n. 10).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 12).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2005. (Contas nacionais, n. 19).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2005. (Contas nacionais, n. 20).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2002-2006. (Contas nacionais, n. 24).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 27).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 31).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2005-2009. (Contas nacionais, n. 34).

Contas regionais do Brasil 1985-1997. (Contas nacionais, n. 3).

Contas regionais do Brasil 1998. (Contas nacionais, n. 5).

Contas regionais do Brasil 1999. (Contas nacionais, n. 6).

Contas regionais do Brasil 2000. (Contas nacionais, n. 8).

Contas regionais do Brasil 2001. (Contas nacionais, n. 11).

Contas regionais do Brasil 2002. (Contas nacionais, n. 13).

Contas regionais do Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 15).

Contas regionais do Brasil 2004. (Contas nacionais, n. 17).

Contas regionais do Brasil 2002-2005. (Contas nacionais, n. 21).

Contas regionais do Brasil 2003-2006. (Contas nacionais, n. 25).

Contas regionais do Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 28).

Contas regionais do Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 32).

Contas regionais do Brasil 2005-2009. (Contas nacionais, n. 35).

Contas regionais do Brasil 2010. (Contas nacionais, n. 38).

Produto interno bruto dos municípios 1999-2002. (Contas nacionais, n. 14).

Produto interno bruto dos municípios 1999-2003. (Contas nacionais, n. 16).

Produto interno bruto dos municípios 2000-2004. (Contas nacionais, n. 18).

Produto interno bruto dos municípios 2002-2005. (Contas nacionais, n. 22).

Produto interno bruto dos municípios 2003-2006. (Contas nacionais, n. 26).

Produto interno bruto dos municípios 2003-2006. (Contas nacionais, n. 30).

Produto interno bruto dos municípios 2004-2008. (Contas nacionais, n. 33).

Produto interno bruto dos municípios 2005-2009. (Contas nacionais, n. 36).

Conta - satélite de saúde: Brasil 2005-2007. (Contas nacionais, n. 29).